

<https://doi.org/10.47456/simbitica.v12i1.44139>

Maternidade nas ondas do trabalho ambulante: reflexões a partir das conversas no cotidiano das trabalhadoras

*Motherhood in the waves of street vending work: reflections
from everyday conversations of female workers*

*Maternidad en las olas del trabajo ambulante: reflexiones a
partir de las conversaciones en el cotidiano de las
trabajadoras*

Braz Isac Andrade Santos

Universidade Federal da Bahia

Juliana Aparecida de Oliveira Camilo

Universidade Federal da Bahia

Resumo Neste artigo objetivamos investigar e refletir sobre as experiências vivenciadas por vendedoras ambulantes nas praias do subúrbio de Salvador, em relação à maternidade e ao trabalho informal, a partir da perspectiva dessas trabalhadoras. A ancorando-se na Psicologia Social do Trabalho, adotamos uma leitura construcionista social em diálogo com a Teoria Atriz-Rede. Dentre os principais resultados, compreendemos que o sentido do trabalho vai além do financeiro, envolvendo também o reconhecimento de si, o pertencimento e a realização pessoal. A flexibilidade no trabalho proporciona autonomia, porém, paradoxalmente, contribui para a precariedade. A ausência de apoio governamental é identificada como um actante que mantém as trabalhadoras em situações de vulnerabilidade, assegurando apenas a sobrevivência. Dessa forma, destacou-se a necessidade de implementar ações que reconheçam o caráter produtivo das ambulantes e sua relação intrínseca com a maternidade. Assim, permitirá a execução de medidas de apoio e saúde, visando melhorar as condições de trabalho.

Palavras-chave: Maternidade; Trabalho informal; Trabalho ambulante; Psicologia Social do Trabalho.



Abstract This article aimed to investigate and reflect on the experiences of street vendors on the beaches of the suburbs of Salvador, in relation to motherhood and informal work, from the perspective of these workers. Anchored in Social Work Psychology, it adopts a social constructionist reading in dialogue with Actress-Network Theory. Among the main findings, we understand that the meaning of work goes beyond the financial aspect, involving self-recognition, belonging, and personal fulfillment. Work flexibility provides autonomy, but paradoxically contributes to precariousness. The absence of government support is identified as an actant that keeps workers in situations of vulnerability, ensuring only survival. In this way, the need to implement actions that recognize the productive nature of street vendors and their intricate relationship with motherhood was highlighted. This will allow the implementation of support and health measures, aiming to improve working conditions.

Keywords: Motherhood; Informal work; Street vending; Social Psychology of Work.

Resumen En este artículo tenemos como objetivo investigar y reflexionar sobre las experiencias vividas de vendedoras ambulantes en las playas del suburbio de Salvador, en relación con la maternidad y el trabajo informal, desde la perspectiva de estas trabajadoras. Anclándose en la Psicología Social del Trabajo, adoptamos una lectura construccionista social en diálogo con la Teoría Actriz-Red. Entre los principales resultados, comprendemos que el sentido del trabajo va más allá de lo financiero, involucrando también el autorreconocimiento, la pertenencia y la realización personal. La flexibilidad laboral proporciona autonomía; sin embargo, paradójicamente, contribuye a la precariedad. La ausencia de apoyo gubernamental se identifica como un actante que mantiene a las trabajadoras en situaciones de vulnerabilidad, garantizando únicamente la supervivencia. De esta manera, se destacó la necesidad de implementar acciones que reconozcan el carácter productivo de las vendedoras ambulantes y su intrincada relación con la maternidad. Así, permitirá la excusión de medidas de apoyo y salud, encaminadas a mejorar las condiciones laborales.

Palabras clave: Maternidad; Trabajo informal; Trabajo ambulante; Psicología Social del Trabajo.

Recebido em 18-03-2024

Modificado em 23-12-2024

Aceito para publicação em 02-02-2025

Introdução¹

O trabalho informal está associado a vulnerabilidades, pobreza e carência de proteção social, como destacam Christiane Horwood *et al.* (2019). De acordo com as/os autoras/es, mais da metade da força de trabalho mundial atua na informalidade, principalmente em países de economia média e baixa. Além disso, segundo Roxana Maurício (2021), na nota técnica da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as novas oportunidades de trabalho estão sendo criadas principalmente no setor informal. Sandra Pereira e José Cabral (2019), por sua vez, demonstram que o trabalho informal surge como uma alternativa para enfrentar crises econômicas.

Os números de trabalhadoras/es informais no Brasil são alarmantes. Segundo Jéssica Andrade (2022), no segundo trimestre de 2022, a informalidade atingiu 39,3 milhões de pessoas, o que se apresenta como um exílio e não uma solução para o desemprego. Dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam uma melhora nos níveis de desocupação no Brasil. No terceiro trimestre de 2024, a taxa de desocupação foi de 6,4%, representando uma redução de 0,5 ponto percentual em relação ao segundo trimestre do mesmo ano (6,9%). Entretanto, o país ainda enfrenta um desafio significativo no mercado de trabalho, com uma taxa de informalidade de 38,8% registrada no trimestre encerrado em setembro de 2024 (IBGE, 2024).

As atividades informais evidenciam e aprofundam a precariedade e as desigualdades nas relações sociais e de trabalho. Para Silondile Luthuli *et al.* (2020), o trabalho informal é caracterizado por baixos rendimentos, condições degradantes e pouca segurança. As/os trabalhadoras/es informais não têm acesso à proteção de renda, como auxílio-desemprego e auxílio-doença. Além disso, as trabalhadoras não podem contar com licença-maternidade.

As mulheres-mães que atuam na informalidade precisam lidar com carências e dificuldades relacionadas às atividades laborativas. Ademais, as responsabilidades de cuidado com as/os filhas/os e as atividades domésticas, muitas vezes, recaem de maneira desproporcional sobre as mulheres (Horwood *et al.*, 2021a). Diante das transformações que o mercado de trabalho vem enfrentando, a classe trabalhadora feminina tende a ser a mais impactada pelo desemprego, subcontratação, trabalhos temporários e pelos menores rendimentos, conforme afirmam Juliana Fraga e Adélia Emmel (2023). Neste cenário, Sara Nascimento (2016) coloca que as divisões sexuais do trabalho tendem a naturalizar as relações de desigualdade geradas e incorporadas na sociedade.

O contexto histórico e social se desenvolveu de forma desproporcional entre mulheres e homens, tanto nas atividades domésticas, desempenhadas principalmente pelas mulheres, quanto no âmbito produtivo em que as mulheres enfrentam condições diferentes em comparação aos homens. Para Marianne Feijó e Rosa Maria Macêdo (2013), essa desigualdade não é inerente ou natural, mas é construída socialmente por meio de normas,

¹ Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

valores e estruturas que perpetuam relações de poder desiguais entre os gêneros, que, em diferentes graus, ainda continua sendo reproduzida atualmente.

Nesse contexto, as mulheres-mães necessitam contar com suportes para poder conciliar as atividades produtivas e as atividades domésticas. Essa necessidade de apoio deriva da interseção entre os papéis de gênero atribuídos socialmente às mulheres, como as responsabilidades de cuidado com as/os filhas/os e as tarefas domésticas, e a pressão para participar do mercado de trabalho (Perucchi & Beirão, 2007). Essa pressão, frequentemente, resulta em uma sobrecarga de responsabilidades e expectativas para as mulheres-mães, que precisam equilibrar suas obrigações familiares e profissionais.

Com um ambiente que dificulta o equilíbrio entre as esferas pública e privada, novas normas e expectativas que moldam as interações sociais, as estruturas institucionais e as políticas públicas vão sendo modificadas. Então, a vida das mulheres não é apenas uma responsabilidade individual, mas, como apresenta Gisele Pereira (2021), é uma responsabilidade coletiva que requer a implementação de políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero, a equidade nas relações de trabalho, a redistribuição das responsabilidades de cuidado e o apoio adequado às mulheres-mães, tanto no âmbito privado como no público.

Após intensas lutas e resistências, algumas conquistas de direitos sociais começam a oferecer amparo às mulheres trabalhadoras no Brasil. A sociedade contemporânea conta com legislações específicas que visam garantir sua participação no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito à proteção à maternidade. Exemplos disso são a Lei Nº 9.799/1999, que promove igualdade de gênero no ambiente de trabalho; a Lei Nº 10.421/2002, que assegura a licença-maternidade para mães adotantes; e a Lei Nº 12.812/2013, que estende a estabilidade no emprego para empregadas domésticas durante a gravidez e o período pós-parto. Essas legislações fortalecem a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei Nº 5.452/1943), ampliando a proteção às mulheres.

Ao mesmo tempo, é fundamental compreender como essas normativas se entrelaçam nas redes complexas de interações sociais, uma abordagem cuja Teoria Atriz-Rede (TAR) pode esclarecer de maneira única. A TAR desafia as categorizações simplificadas, permitindo uma análise mais profunda das relações entre as atrizes/atores envolvidos, sejam pessoas, instituições ou políticas governamentais (Latour, 2012). Nesse sentido, a perspectiva da TAR oferece uma contribuição valiosa para uma compreensão mais contextualizada das dinâmicas que permeiam a vida das mulheres trabalhadoras. Este enfoque crítico e reflexivo reforça a relevância deste estudo para um diálogo mais amplo nos estudos construcionistas.

A rede de direitos e políticas estabelecida é intrinsecamente moldada pela representação jurídica do trabalho, que se restringe aos empregos formalizados, atividades autônomas e microempreendimentos. Os direitos trabalhistas e a seguridade social são garantidos exclusivamente por meio desses actantes² (Latour, 2012), que são fundamentais para a concretização dos direitos. Em contrapartida, aqueles que atuam no setor informal

² Termo utilizado para se referir a qualquer elemento que exerce ação em uma rede, seja humano ou não humano (Latour, 2012).

necessitam de assistência adequada. Em contraste, aquelas/es que desempenham funções no setor informal carecem de assistência adequada, especialmente no que concerne à maternidade e à promoção da equidade de gênero. Esta disparidade revela a necessidade premente de abordagens inclusivas e políticas que abranjam todas as formas de trabalho, assegurando, assim, uma verdadeira igualdade e suporte social para todos os membros da sociedade.

Diante do cenário de falta de assistência adequada, Christiane Horwood *et al.* (2021b) evidenciam que as mulheres que atuam no setor informal em Kwazulu-Natal, África do Sul, retornam às atividades profissionais logo após o nascimento da criança, comprometendo o cuidado do recém-nascido, além da saúde da própria mulher. Como alternativa, as mulheres utilizam a flexibilidade (a flexibilidade é compreendida como um produto das relações e negociações de atrizes/atores presentes na rede) que alguns trabalhos informais permitem, para lidar com essa situação, ou seja, passam a “conciliar” os horários entre o trabalho e o cuidado, conforme se constata no fato de que, algumas vezes, se torna necessário que levem as crianças para os ambientes de trabalho.

No Brasil, um dos territórios mais propícios para o trabalho informal é o litoral, um ambiente de convivência coletiva e gratuito (Camilo, Santos & Jesus, 2022). Patrícia Silva (2017, 2019, 2020) apresenta, em seus trabalhos, que esse local abre portas para a diversidade de serviços e produtos, trabalhadoras/es e público, e o consumo associado a esse espaço é significativo e atrativo para a realização de diversos tipos de trabalho. Contudo, é um espaço que impõe desafios e precariedades às condições de trabalho, como exposição ao sol e a falta de uso de equipamentos de proteção adequados.

Assim, o presente artigo tem como objetivo investigar e refletir sobre as experiências vivenciadas por vendedoras ambulantes nas praias do subúrbio de Salvador, com foco na relação entre maternidade e trabalho informal, a partir da perspectiva dessas trabalhadoras. Busca-se compreender as interações complexas entre os diferentes atrizes/atores e aspectos sociais, culturais e organizacionais que moldam as vivências dessas mulheres-mães no contexto específico do trabalho informal no litoral.

Conexões vivas: trajetórias metodológicas com as participantes

Esta pesquisa faz parte do trabalho em desenvolvimento do Núcleo de Estudos de Trabalho e Esporte (NETE), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulado “Trabalhar no litoral: um retrato dos trabalhadores nas praias de Salvador”. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Pesquisa da Plataforma Brasil, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) N: 56893522.9.1001.5686.

A abordagem deste estudo é qualitativa e teve como objetivo compreender a relação da maternidade e do trabalho informal a partir da perspectiva das trabalhadoras (Minayo, 2007) envolvidas nessas atividades, em contexto do litoral. A proposta teórico-metodológica baseou-se na produção de sentido no cotidiano, orientada pela epistemologia do Construcionismo Social em diálogo com a TAR, que parte do entendimento de que as

relações sociais e cotidianas dos sujeitos e/ou coletivos produzem sentidos e posicionamentos nas relações sociais (Spink *et al.* 2014).

A TAR se baseia na compreensão de que as relações sociais são construídas por meio de interações entre atrizes/atores humanos e não humanos (Latour, 2012). A TAR busca entender como os diferentes elementos e atrizes/atores sociais se conectam mutuamente na construção de sentidos e práticas no contexto estudado. Assim, nossa pesquisa buscou retratar as interações entre as próprias trabalhadoras quanto às relações com o ambiente físico, os produtos comercializados, as/os clientes e outros elementos que compõem a rede de actantes nesse contexto específico, conforme apresentado por Patricia Camillis, Camilla Bussular e Claudia Antonello (2016). Pretendemos, por intermédio dessa abordagem interativa, permitir uma compreensão mais ampla e complexa das relações entre maternidade e trabalho informal.

A abordagem da presente pesquisa reconheceu que as experiências das vendedoras ambulantes não são meramente individualizadas, mas são construídas pelas interações sociais, pelas estruturas de poder e pelas normas culturais presentes nesse ambiente, de acordo com o proposto por Mary Jane Spink (2010). Dentro dessa rede de interações (Latour, 2012), as relações com as/os clientes e outras/os trabalhadoras/es, as estratégias utilizadas para conciliar o trabalho e a maternidade, as condições de trabalho e as políticas e práticas que afetam a qualidade de vida dessas mulheres-mães são elementos fundamentais que moldam suas experiências enquanto vendedoras ambulantes nas praias.

A Psicologia Social do Trabalho (PST) contribuiu para uma compreensão mais aprofundada das vivências e experiências dessas mulheres, envolvendo a análise das relações sociais estabelecidas no ambiente de trabalho, os sentidos construídos em torno do trabalho e da maternidade, assim como suas estratégias de enfrentamento. Bem como as possibilidades de intervenções psicossociais que possam fortalecer essas trabalhadoras, promovendo seu bem-estar, saúde mental e qualidade de vida (Coutinho, Bernardo & Sato, 2018).

Na condução da pesquisa, acompanhamos cinco trabalhadoras ambulantes mães de crianças e/ou adolescentes. Destas, duas participantes permitiram ter seu cotidiano acompanhado com mais proximidade. Somente estas aceitaram formalizar sua participação na pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), permitindo esse aprofundamento na compreensão das complexas dinâmicas envolvidas em sua vida profissional e familiar. Por razões éticas, optou-se por não utilizar as informações provenientes de diálogos com as mulheres que se recusaram a assinar o termo, respeitando à vontade e privacidade das participantes. Outrossim, visando assegurar o anonimato das envolvidas, os nomes apresentados neste artigo são fictícios, e qualquer informação que pudesse identificar a participante foi removida.

Acompanhar estas duas participantes, nos permitiu compreender mais profundamente sobre seus cotidianos. A contextualização significativa também emergiu como um benefício destacado dessa abordagem, já que os casos únicos permitem a imersão no ambiente específico em que o fenômeno ocorre. Além disso, a natureza exploratória da pesquisa foi fundamental para descobrir nuances inicialmente não consideradas. A

limitação deliberada do número de participantes não apenas facilitou a análise aprofundada, mas também contribuiu para o entendimento de temas emergentes que podem orientar futuras investigações.

Quanto às estratégias de coleta de informações, foram utilizadas observações e conversas no cotidiano, visando compreender e possibilitar espaços de interação entre o pesquisador e as participantes da pesquisa (Spink, Menegon & Medrato, 2014). A escolha de se concentrar no cotidiano e nas interações sociais destacou aspectos importantes do contexto de trabalho e enriqueceu a compreensão sobre a intersecção entre maternidade e trabalho informal, investigadas a partir dos campos discursivos que não são estabelecidos a priori (Spink *et al.* 2014).

No intuito de criar um ambiente de confiança, propício para que as trabalhadoras se expressassem de forma autêntica e espontânea, buscamos explorar o contexto das praias onde essas mulheres realizam suas atividades laborais. As praias escolhidas são periféricas, banhadas pelas águas da Baía de Todos os Santos e frequentadas, sobretudo, pelos moradores locais. Embora tenhamos selecionado as praias que são objeto de estudo de balneabilidade das águas (Periperi, Tubarão & São Tomé de Paripe), observamos que o comércio na praia de Periperi é dominada pelos bares localizados na orla, o que inviabilizou a realização de trabalhos ambulantes nesse local.

Portanto, as praias de Tubarão e São Tomé de Paripe foram as escolhidas para as visitas e conversas com as participantes. O perfil acordado em grupo de pesquisa era de que deveriam ser mulheres que trabalhassem como vendedoras ambulantes nas praias e fossem mães de crianças e/ou adolescentes.

Um dos desafios enfrentados nesse contexto foi a aproximação com as trabalhadoras, o que nos leva a uma reflexão sobre as dinâmicas de poder e privilégios nessa relação, como sinalizam Renata Moreira e Emerson Raser (2010). Esta pesquisa foi desenvolvida por um pesquisador do sexo masculino, que se propôs a estudar questões relacionadas à maternidade e ao trabalho das mulheres. Nesse sentido, o pesquisador buscou atuar como um facilitador, fornecendo um ambiente seguro e empático para que as participantes compartilhassem suas experiências.

Devido às características particulares do ambiente costeiro, não foi possível realizar registros por meio de gravações de vídeo ou áudio, uma vez que os barulhos e ruídos do ambiente comprometeriam a compreensão dessas formas de registro. Logo, a escrita nos diários de campo permitiu a anotação dos momentos vivenciados e relatados pelas trabalhadoras. As informações foram registradas nesses diários, que possibilitaram narrar os acontecimentos das visitas e as informações extraídas das conversas.

Vale destacar que, para a abordagem construcionista, a estratégia de registro nos diários de campo desempenha um papel fundamental na pesquisa. Mary Jane Spink, Jacqueline Brigagão, Vanda Nascimento e Mariana Cordeiro (2014) sinalizam que esse é o espaço onde a/o pesquisadora/o pode registrar suas observações, interações e experiências durante o trabalho de campo, capturando os eventos e as narrativas que emergem nas interações com as/os participantes. Isso permite compreender as construções sociais e as negociações de sentidos que ocorrem entre as/os atrizes/atores envolvidas/os

(Latour, 2012). Além do mais, os diários de campo permitiram ao pesquisador refletir sobre o próprio papel na pesquisa, questionar suposições e identificar influências pessoais que possam ter relação com a construção do conhecimento.

As observações e conversas no cotidiano com as vendedoras ambulantes, permitiram a construção dos diários de campo, os quais foram realizados diariamente sempre após as visitas, buscando descrever e detalhar a vivência. Ao finalizar o diário, foi realizado o *upload* do documento em um projeto no Atlas.ti®²³, *software* de análise qualitativa, que auxiliou nas etapas de leituras e codificação das informações. A análise ocorreu considerando as conexões socialmente construídas e as negociadas observadas nos contextos sociais e culturais. Buscamos considerar como as redes de atrizes/atores se influenciam no contexto pesquisados, incluindo humanos (como outras/os trabalhadoras/es formais ou informais, as/os clientes etc.) e não humanos (como o ambiente físico, os produtos comercializados, entre outros) (Latour, 2012).

Construções e reflexões compartilhadas

Com base nas interações e observações diárias, identificamos aspectos entre maternidade e trabalho informal ambulante. Esses resultados exprimem a complexidade das experiências vivenciadas por essas mulheres, bem como os desafios e estratégias enfrentados na conciliação desses papéis.

As condições de trabalho ambulante, conforme nos apresenta Sandra Pereira (2020), podem ser descritas como intensas e exaustivas. Além das trabalhadoras que foram as participantes-alvo deste estudo, é notável a presença marcante de crianças e adolescentes realizando alguma forma de trabalho no local, algumas vezes acompanhadas, todavia, na maioria das vezes, sozinhas. As trabalhadoras dependem da ajuda de familiares e terceiros para o cuidado das/os filhas/os, o que mostra a importância das redes de apoio para equilibrar as responsabilidades familiares e profissionais.

As condições precárias de trabalho afetam a todas/os que realizam atividades no espaço litorâneo. A exposição ao sol e a falta de equipamentos de proteção adequados chamam a atenção ao adentrar no espaço. Essas condições representam desafios para a saúde e segurança das pessoas que trabalham no local. Ademais, as mulheres que atuam nesses locais precisam lidar com as particularidades de ser mulher e, em alguns casos, lidar com as responsabilidades exigidas pela maternidade em uma sociedade patriarcal e machista. Desta forma, entendemos que essas trabalhadoras, além das relações de trabalho, são responsabilizadas pelo cuidado com as/os filhas/os e pelas atividades domésticas, conforme podemos ver em Liliane Moser e Keli Del Prá (2016).

Compreendemos que as narrativas compartilhadas pelas trabalhadoras ambulantes são construídas socialmente e influenciadas pelas interações com outras atrizes/atores presentes no contexto de trabalho (Camillis, Bussular & Antonello, 2016). As relações sociais, as estruturas de poder e os discursos dominantes constroem as experiências dessas mulheres, destacando a importância de considerar o contexto social e cultural na compreensão de suas vivências (Rosa, Tureta & Brito, 2006). Portanto, é fundamental

situar que os conhecimentos produzidos são resultado da relação entre as trabalhadoras participantes, o pesquisador e as interações formadas, bem como outras relações com outras atrizes/atores presentes nos espaços.

Para obter esse entendimento, a presente análise começa refletindo sobre o papel do pesquisador na relação estabelecida com o campo-tema (Spink, 2003) e as trabalhadoras ambulantes. Contextualizamos as trabalhadoras participantes e seus contextos singulares na pesquisa, bem como os significados do trabalho presente nesse contexto. Desta maneira é possível aprofundar a compreensão da agência da maternidade e as formas como ela é negociada dentro do contexto de trabalho dessas mulheres.

Um pesquisador no cotidiano das vendedoras ambulante no litoral

A pesquisa é construída pela rede de atrizes/atores. Para Juliana Camilo (2016), não deve existir um lugar privilegiado, não existe posição de poder, contudo não existe imparcialidade. A/o pesquisadora/r se encontra imersa/o no que está sendo estudado, não pode ser considerada/o diferente, especial, detentora/r do saber, nem buscar uma verdade única e absoluta.

Ao longo dos encontros no cotidiano de trabalhadoras ambulantes do litoral, várias atrizes/atores puderam cruzar o caminho do pesquisador. Para esses encontros, foram realizadas inicialmente uma etapa de observações livres, a qual proporcionou o levantamento de viabilidade do estudo, uma etapa de observações e, por fim, as visitas no cotidiano.

Somando as etapas, foram 30 encontros, os quais permitiram traçar um percurso de informações para chegar aos resultados e discussões que atendessem aos objetivos da presente pesquisa. Ao longo das visitas, buscou-se conversar com as trabalhadoras ambulantes que fossem mães de crianças e/ou adolescentes. Também nos propusemos a continuar as observações, desta vez pensando em “observações com as participantes” (Camilo, 2016). Foram desenvolvidas conversas espontâneas, no entanto orientadas para a relação de trabalho e a maternidade vivenciadas por essas vendedoras ambulantes.

Algumas trabalhadoras puderam fornecer pistas mais formuladas para o desenvolvimento de respostas aos objetivos da pesquisa. Cinco dessas mulheres aceitaram ser acompanhadas e contar um pouco de suas histórias e vivências, porém, para a composição do presente artigo, optamos por focar nas histórias de duas mulheres, especificamente, Márcia e Valéria. Não incluímos, nesta etapa da escrita, as informações obtidas a partir do diálogo com as trabalhadoras que se recusaram a autorizar por escrito.

Inicialmente, não tínhamos nenhuma trabalhadora/r que pudesse servir como apoio para a formação dos vínculos, entretanto, já no primeiro dia de visita (16/01/2023), conseguimos conversar e acompanhar o trabalho de Carmen (17 anos de idade, mãe de uma criança de 3 meses) e Luciana (21 anos, mãe de duas crianças de 1 e 3 anos); elas são irmãs e trabalhavam juntas. Embora as trabalhadoras tenham consentido conversar e serem acompanhadas durante o trabalho, suas respostas foram curtas. Outrossim, quando foi

solicitada a autorização por escrito, por meio da assinatura do TCLE, elas se recusaram a assinar.

No segundo dia, o pesquisador se encontrou com Márcia (44 anos, tem 3 filhas, 4 filhos e 3 netos, seu filho mais novo conta 15 anos). Márcia foi a participante que proporcionou mais informações sobre o campo-tema e permitiu que novas conexões fossem estabelecidas ao longo das visitas. Ela apresentou Valéria (41 anos, 2 filhas e 3 filhos, seu filho mais novo tem 4 anos) e outras trabalhadoras, contudo não houve mais nenhuma que se enquadrasse nos critérios de inclusão da pesquisa.

Na praia de Tubarão, foi ainda mais difícil. Somente no quinto dia de visita à praia, conseguimos estabelecer uma conversa com Joana (33 anos, mãe de duas crianças de 5 e 7 anos) que se enquadrou nos critérios e quis conversar com o pesquisador, contudo não quis assinar o TCLE.

A praia de Tubarão nos dias visitados se mostrou esvaziada, circulavam poucas/os banhistas e poucas/os trabalhadoras/es, mesmo se tratando do verão e ficando localizada em um dos bairros mais populosos da cidade de Salvador/BA (Paripe). Durante todas as visitas, outras mulheres foram abordadas, mas não foram incluídas, pois suas/seus filhas/os já eram adultas/os, não possuíam filhas/os e, em um caso específico, uma mulher trabalhava na companhia de duas meninas (aproximadamente 10-12 anos) e se recusou a responder qualquer coisa quando o pesquisador se apresentou.

A compreensão da realidade das trabalhadoras ambulantes é moldada pelas interações e relações estabelecidas com elas, não há uma visão objetiva ou imparcial. Mesmo que o pesquisador entenda que a pesquisa é construída pela rede de atrizes/atores e que não existe posição de poder privilegiada, compreendemos que o gênero interage nas práticas sociais, conforme afirmam Siomara Pascotto, Milton Farina, Thaís Rodrigues e José Dugo (2013). Seja por vergonha, medo, sentimento de inferioridade, achar que não tem poder de fala, ou qualquer outro motivo, parte das trabalhadoras não quiseram participar da pesquisa, que talvez em outra configuração de relações não tivesse ocorrido.

A configuração social e cultural em que as trabalhadoras ambulantes estão inseridas desempenha um papel importante na sua disposição em participar da pesquisa. Fatores como estigma social, desconfiança em relação a um homem estranho, experiências negativas anteriores ou a sensação de serem marginalizadas podem pesar na tomada de decisão de participar da pesquisa. Ademais, pode-se pensar que a falta de escolarização possa ter sido um dos motivos para recusa da autorização por escrito, contudo, não houve nenhuma sinalização.

É fundamental reconhecer que o pesquisador, embora adotando uma postura consciente de que a construção da pesquisa se estabelece em um nível de igualdade, ocupa uma posição de poder que afeta os relacionamentos estabelecidos. Allane Pedrott e Maria Giorgi (2018) nos mostra que a assimetria de poder pode produzir desigualdades na forma como as/os participantes são abordadas/os e como se sentem em relação à pesquisa. Mesmo tentando ter sensibilidade no momento do convite, da apresentação e nas dinâmicas criadas, pois, mais que qualquer outro cenário, esse deveria ser um ambiente de confiança que permitiria a expressão genuína das participantes, incluindo suas negativas.

Outrossim, a dificuldade encontrada na praia de Tubarão, com baixa presença de banhistas e trabalhadores/as, sinaliza a importância de considerar as particularidades do contexto em que a pesquisa é realizada. O local, a época do ano, e outros aspectos específicos podem ter impactado na disponibilidade e acessibilidade das pessoas para participar. Particularmente, consideramos esses tópicos visando ampliar as possibilidades de conversas.

O trabalho na praia na vivência dessas trabalhadoras

O trabalho na praia é estabelecido por meio de contratos sociais que regulamentam a participação das pessoas que atuam nesses espaços (Lima & Conserva, 2006). É fundamental que haja uma sintonia entre os chamadores, barqueiros e barraqueiras/os, para garantir um atendimento rápido as/aos banhistas. A pesquisa foi conduzida em diferentes horários, climas e marés - condições essenciais para compreender as diversas formas de trabalho no litoral de Salvador.

Os chamadores, barqueiros e barraqueiras têm horários específicos para realizar suas atividades. Os barqueiros, por exemplo, iniciam suas atividades logo cedo e encerram ao pôr do sol, uma vez que dependem da luz do dia para transportar passageiros entre as ilhas e o continente.

As trabalhadoras/es ambulantes do ramo da alimentação geralmente chegam por volta das 10 horas e encerram suas atividades por volta das 15 horas, quando não possuem mais produtos para comercializar. Algumas trabalhadoras/es começam a trabalhar ao amanhecer, oferecendo principalmente café da manhã para outras pessoas que trabalham na praia, como as/os funcionárias/os da limpeza pública. Nos finais de semana, o fluxo de pessoas aumenta, devido à maior presença de banhistas, resultando em um expressivo número de trabalhadoras/es.

Durante o verão, período em que as conversas foram realizadas, o clima é propício para um dia de praia. Ainda que em dias chuvosos, as chuvas costumam ser passageiras e, logo, as praias ficam cheias de banhistas e transeuntes. Em dias ensolarados, logo pela manhã, as pessoas começam a tomar sol e a se refrescar nas águas calmas e quentes das praias do subúrbio.

Os/as trabalhadoras/es têm uma relação de proximidade com o mar. Além das areias que fazem parte de seu percurso diário, as águas também interagem com os trabalhos realizados no local. É comum encontrar trabalhadoras/es aproveitando algum momento do seu dia para se refrescar nas águas da Baía de Todos os Santos. A maré também desempenha um papel importante nesse emaranhado de conexões entre humanos e não-humanos no campo de estudo. Vale ressaltar que esse percurso delineado é fundamental para compreender a relação entre maternidade e trabalho informal, os impactos psicossociais, a satisfação no trabalho, os desafios enfrentados e as estratégias de enfrentamento adotadas por essas trabalhadoras.

Aproximando-se de Márcia

Foi no dia 17/01/2023, uma terça-feira, um dia que começou com chuva, mas logo passou. A visita foi iniciada às 10:00 horas. Pouco depois de chegar à praia, Márcia, uma mulher preta de 44 anos, viúva, mãe de quatro filhos e três filhas, e avó de três netos, foi abordada e convidada para participar da pesquisa. Ela é vendedora ambulante de produtos para bronzamento e protetores solares. Com o consentimento dela, iniciamos o processo de conversação e acompanhamos alguns dias de seu trabalho, o que nos permitiu observar sua rotina de trabalho e ouvir suas histórias de vida.

Márcia sempre trabalhou na praia. Há cerca de 15 anos, ela começou a trabalhar no local devido ao marido, que também era um trabalhador na praia. Ela conta que sempre se dedicou à venda de protetores e bronzadores, pois, ao contrário de produtos alimentícios, não há perda de material se não conseguir vender no dia, o que lhe permite aproveitar todos os seus produtos.

Atualmente, Márcia é beneficiária de um programa de transferência de renda do Governo Federal, contudo sua principal fonte de renda ainda é o trabalho que realiza no litoral. Todas as suas filhas e filhos vivem com ela, e alguns deles ajudam na renda familiar, embora com uma participação menor do que a dela. Márcia trabalha na praia quase todos os dias da semana, “folgando” apenas às quartas-feiras, que são dias com menor movimento. Nesse dia, ela costuma resolver questões familiares, como fazer compras, pagar contas e tratar de assuntos escolares das/os filhas/os mais novas. Além disso, ela repõe suas mercadorias e se prepara para os próximos dias de trabalho.

Márcia compra os produtos no centro da cidade. Ela relata que os adquire a preço de atacado, leva-os para casa e os prepara para a semana. O processo de preparação envolve embrulhar individualmente os produtos em sacolas plásticas transparentes e amarrá-los com um barbante. Essa etapa é concluída na praia, quando ela utiliza as cordas feitas nesse processo para amarrá-las em um bastão que serve como suporte e expositor (Figura 1).

Figura 1. Bastão com os produtos comercializados por Márcia. Praia de São Tomé de Paripe, 22 de janeiro de 2023



Fonte: Elaboração própria.

Durante as 10 visitas à praia de São Tomé de Paripe, tivemos a oportunidade de nos encontrar com Márcia em sete ocasiões. Nessas interações, as conversas foram se aprofundando, permitindo-nos conhecer um pouco mais sobre o trabalho e as relações familiares dessa trabalhadora ambulante no litoral. Durante os encontros com Márcia, fomos apresentados a outras trabalhadoras, algumas das quais não se enquadravam no perfil de inclusão da presente pesquisa, no entanto, em determinado momento, conhecemos Valéria.

Apresentação à Valéria

No dia 20/01/2023, uma sexta-feira, estava quente e ensolarado, embora houvesse algumas nuvens no céu. Ao chegar à praia, foi possível observar uma maior movimentação de pessoas, o que é típico nas praias antes do final de semana. O pesquisador estava sentado na mureta que separa a areia da calçada da orla de São Tomé de Paripe, aguardando Márcia enquanto ela conversava com algumas/ns colegas que também trabalhavam na praia. Após algum tempo, Márcia notou o pesquisador e foi cumprimentá-lo.

Ao lado do pesquisador, havia uma mulher organizando o material de trabalho, era Valéria. Márcia olhou para ela e disse: “Olha, Valéria, esse é o psicólogo de quem falei. Ele está fazendo uma pesquisa com vendedoras que são mães”. Márcia completou dizendo que iria começar a caminhar pela areia, mas que o pesquisador poderia conversar com Valéria para explicar um pouco mais sobre a pesquisa.

Valéria é uma mulher parda, tem 41 anos e é vendedora ambulante de peixes fritos. Ela estava vestindo uma regata, um short e sandálias. Valéria é mãe de três filhos e duas filhas, sendo que dois deles não moram mais com ela. Ela mencionou que os ganhos na

praia são um complemento de renda, uma vez que ela é beneficiária do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) devido ao falecimento de seu primeiro marido. Atualmente, ela tem um companheiro com quem tem o filho mais novo, que tem 4 anos de idade.

Os horários e dias de trabalho de Valéria são variados, posto que esse trabalho é um complemento de renda. Ela trabalha principalmente aos finais de semana e durante o verão, o que (segundo a trabalhadora) permite obter um bom retorno financeiro. Valéria comentou que atualmente lida com sintomas de ansiedade e depressão, e o trabalho na praia lhe proporciona bem-estar, por isso ela não para de trabalhar. Ela não trabalha sozinha e geralmente leva uma das suas filhas, que tem cerca de 21 anos, como ajudante.

O trabalho na praia normalmente começa por volta das 10:00 horas, mas Valéria já traz seu material pronto de casa. Assim, ela costuma limpar, preparar e fritar os peixes que vende antes de ir à praia. Ela inicia essas atividades por volta das 07:00 horas, fazendo-as sozinha para “garantir a qualidade dos seus produtos”. Valéria costuma encerrar suas atividades por volta das 14:00 às 15:00 horas, quando seus produtos geralmente acabam.

Valéria transporta seus produtos em uma caixa organizadora plástica (Figura 2). Ao chegar na praia, ela apoia essa caixa na mureta que separa a areia da calçada e prepara as bandejas. Em seguida, ela e sua filha caminham pela areia, apoiando as bandejas nos braços e oferecendo seus produtos aos banhistas.

Figura 2. Preparação de Valéria para a comercialização dos seus produtos na praia



Fonte: elaboração própria.

No primeiro encontro com Valéria, ela mencionou que havia enfrentado alguns dias de crise de ansiedade, o que a impossibilitou de trabalhar durante quase toda a semana.

Naquela sexta-feira, decidiu retornar às suas atividades, mas, como ainda não estava se sentindo muito bem, optou por ficar responsável pela organização dos pratos. Assim, a conversa com o pesquisador ocorreu naquele espaço, onde ela estava realizando seu trabalho.

Como Valéria não costuma vir todos os dias da semana, as conversas com ela foram em menor número de encontros em comparação com Márcia. No entanto, ainda foi possível conhecer um pouco da realidade vivenciada pela trabalhadora e a interseção das questões que envolvem família, maternidade e trabalho informal.

O movimento das marés se interliga ao trabalho no litoral

As relações estabelecidas entre as atrizes/atores humanos e não humanos nos espaços litorâneos interligam e transformam a vida das pessoas e a própria natureza (Tureta & Alcadipani, 2009). Na dinâmica de trabalho desses espaços, podemos observar as modificações produzidas pela força das marés. Durante as visitas, foi possível notar que, à medida que as águas se movem, as faixas de areia se expandem e se contraem, o que, consequentemente, “força” as/os banhistas a ocuparem os espaços de maneiras variadas. Quando a maré está alta, observou-se um encurtamento significativo da faixa de areia, especialmente na praia de Tubarão, resultando em maior aglomeração de banhistas, mesas e cadeiras dispostas na área seca da praia, e, em algumas ocasiões, a diminuição ou até mesmo a inexistência da faixa de areia úmida.

A faixa de areia úmida é o principal caminho utilizado pelas trabalhadoras/es ambulantes devido à sua textura firme e às condições térmicas favoráveis, o que permite uma locomoção sem dificuldades para essas pessoas que trabalham no local. Quando a maré altera a configuração do espaço, reduzindo a faixa de areia, é necessário que essas caminhadas sejam feitas exclusivamente entre as mesas, cadeiras, guarda-sóis e entre as outras pessoas que ocupam o espaço, tanto banhistas quanto trabalhadoras/es (Figura 3).

Figura 3. Praia de Tubarão, 06 de fevereiro de 2023

Fonte: elaboração própria.

Por outro lado, o movimento oposto, a maré baixa, também altera o espaço das praias. A praia de São Tomé de Paripe, que já possui uma faixa de areia mais ampla, se torna consideravelmente maior, e os banhistas no local procuram ocupar os espaços de forma mais livre. Algumas pessoas têm preferência pelas mesas e cadeiras oferecidas pelas barracas, então optam por ficar nas faixas secas de areia mais próximas à calçada. Outras preferem ficar mais próximas da água, geralmente afastadas das barracas. Já as vendedoras/es ambulantes buscam ocupar todos os espaços disponíveis, o que faz com que suas caminhadas se tornem cada vez mais longas e apresentem obstáculos adicionais, como ter que andar dentro da água e atravessar áreas de lama (Figura 4).

Figura 4. Praia de São Tomé de Paripe, 26 de janeiro de 2023

Fonte: elaboração própria.

Por conta das dificuldades de acesso aos banhistas, muitas pessoas que trabalham na praia optam por andar descalças, o que pode resultar em lesões, já que nas faixas de areia é comum encontrar cascas de mariscos, ostras, espinhas de peixe e pedras afiadas. À proporção que a maré sobe, as rotas de trabalho vão diminuindo, ficando mais próximas à calçada e às barracas.

Algumas pessoas só podem trabalhar no local em razão do movimento da maré, como é o caso das marisqueiras e marisqueiros que atuam na praia de Tubarão. Durante as visitas, foi possível observar essas pessoas em ação, pois elas dependem da maré baixa para ter acesso aos mariscos (Figura 5). Não é incomum também presenciar crianças e adolescentes executando essas atividades.

Figura 5. Praia de Tubarão, 7 de fevereiro de 2023



Fonte: elaboração própria.

A maternidade e o trabalho informal

Durante as observações e visitas, foi notada a presença frequente de crianças e adolescentes trabalhando nas praias do subúrbio de Salvador. Algumas estavam sozinhas, enquanto outras estavam acompanhadas, principalmente por uma figura feminina, o que remete à presença da maternidade. No entanto, não foi possível conversar com nenhuma dessas mulheres que estavam acompanhadas pelas crianças.

A presença frequente de crianças e adolescentes trabalhando nas praias sugere que essas atividades não são apenas resultado de escolhas individuais, mas são produzidas por fatores sociais mais amplos (Silva, Ferreira & Costa de Sá, 2022). A figura feminina que acompanha muitas dessas crianças, indica que as responsabilidades familiares desempenham um papel significativo nesse contexto, especialmente para as mulheres.

Um dos temas discutidos nas conversas com Márcia e Valéria foi a presença de crianças nas praias. Elas mencionaram que não levam seus filhos para trabalhar na praia por diversos motivos. Márcia destacou que a praia é um lugar movimentado, com muitas

pessoas, e sempre teve medo de que suas/seus filhas/os fossem roubadas/os. A presença de filhas/os na praia demanda atenção e cuidado, e as trabalhadoras reconhecem que não conseguiriam oferecer isso adequadamente.

Márcia comentou que atualmente alguns filhos também trabalham na praia, vendendo queijo coalho assado ou bronzeador/protetor solar, assim como ela. No entanto, ela ainda não permite que seu filho mais novo, de 15 anos, realize essas atividades, pois considera que ele ainda é muito jovem para trabalhar nesse ambiente.

Valéria também destacou a necessidade de cuidado ao levar uma criança para o trabalho, além de ser exaustivo para a própria criança. Por isso, ela conta com a ajuda de uma comadre para cuidar de seu filho de 4 anos. Valéria mencionou que seu filho passa mais tempo com a madrinha do que com ela, mas entende que ele está sendo bem cuidado e, assim, ela pode trabalhar sem preocupações.

As conversas com Márcia e Valéria revelam que essas mulheres têm consciência das dificuldades e desafios de levar seus filhos para trabalhar nas praias. Elas reconhecem a necessidade de atenção e cuidado que a presença das crianças demanda, e, em alguns casos, optam por não as envolver nesse ambiente devido a preocupações com a segurança e bem-estar.

As responsabilidades de cuidado em relação as/os filhas/os estão constantemente presentes na vida dessas mulheres que trabalham informalmente nas praias. Em um dos encontros, Márcia não pôde ir trabalhar, porque precisava resolver a matrícula de seu filho, por exemplo. As necessidades de cuidado das/os filhas/os ainda são uma realidade para a trabalhadora, mesmo seu filho mais novo sendo um adolescente.

As práticas de cuidado, entretanto, são limitadas para Márcia, principalmente por ela ser responsável pela principal fonte de renda. A vendedora ambulante mencionou que não pôde se afastar do trabalho nos momentos de perda de entes queridos, como o falecimento do esposo e do pai, além de não poder cuidar por muito tempo das próprias filhas após o nascimento dos netos. Ela relatou que, quando as/os filhas/os eram crianças, uma vizinha ajudava a cuidar delas enquanto ela estava no trabalho, e conforme foram crescendo, começaram a se cuidar sozinhas/os. Atualmente, os cuidados são divididos dessa maneira, com as filhas se ajudando mutuamente após o nascimento dos netos de Márcia. Todos contribuem com as tarefas domésticas, embora algumas atividades ainda fiquem a cargo exclusivamente da trabalhadora, como o pagamento de contas e algumas compras.

Essas decisões são moldadas pelas condições sociais, econômicas e culturais em que essas mulheres se encontram. Márcia, por exemplo, sendo a principal provedora financeira, enfrenta limitações em relação aos cuidados com as filhas em virtude de suas responsabilidades de trabalho. Ela relata a necessidade de contar com a ajuda de vizinhas e, atualmente, das filhas para compartilhar as tarefas de cuidado.

Para Valéria, a possibilidade de cuidado é mais flexível, pois o trabalho na praia é um complemento de renda e ela não trabalha sozinha. Ela enxerga essa atividade como um “recurso terapêutico”, uma forma de se sentir útil e uma motivação para lidar com os sintomas depressivos.

Essas narrativas revelam a complexidade das relações entre trabalho, maternidade e cuidado nas praias do subúrbio de Salvador. A presença de crianças trabalhadoras indica a interseção entre as responsabilidades familiares e as exigências econômicas e sociais dessas comunidades. Essa realidade destaca a importância de abordar e garantir políticas que ofereçam suporte adequado às famílias e às crianças em situações vulneráveis.

O sentido do trabalho

O sentido do trabalho para as vendedoras ambulantes é uma construção, que vai muito além da simples busca por sustento financeiro. Envolve elementos como identidade, pertencimento, autonomia e realização pessoal (Fernandes, Gedrat & Vieira, 2023). O trabalho é um espaço no qual essas mulheres se conectam com sua comunidade e estabelecem relações sociais significativas, seja com outras/os trabalhadoras/es ambulantes, clientes, barqueiros ou agentes de limpeza pública.

O sentido do trabalho é construído socialmente, por meio de conversas e interações cotidianas (Rasera & Japur, 2005). Trocas de experiências com outras/os vendedoras/es fortalecem a sensação de pertencimento a um grupo e proporcionam um espaço de apoio mútuo, criando uma rede de suporte em meio ao trabalho informal, algo fundamental, pois, como apresenta Leny Sato (2007), tende a ser muitas vezes solitário. Essas conversas também servem como uma forma de compartilhar saberes e estratégias para lidar com os desafios diários do trabalho.

Por meio dessa rede de suporte formada no cotidiano, as pessoas que trabalham estabelecem vínculos. Nesses laços, o suporte mútuo é constante, desde ajuda com trocos até indicações de vendas. Além disso, eles formulam estratégias coletivas para lidar com outras/os trabalhadoras/es. Em um dos momentos presenciados, foi possível observar uma conversa coletiva em que a pauta era referente a um dos trabalhadores que vendia seus produtos e solicitava que o pagamento via PIX fosse realizado na conta de outras trabalhadoras/es. Para Márcia isso não era um problema, contudo o trabalhador estava acomodado, não providenciava essa forma de pagamento, e enquanto outras trabalhadoras/es, como Márcia, estavam processando o pagamento para os clientes dele, esse trabalhador já estava tentando realizar mais vendas. Isso atrapalhava trabalhadoras/es que queriam ajudar e liberava o trabalhador a realizar mais vendas. A decisão do coletivo foi parar de processar o pagamento para essa pessoa.

O trabalho ambulante nas praias do subúrbio também é permeado por valores culturais e normas sociais que configura a maneira como as vendedoras compreendem seu papel como mães e trabalhadoras. A responsabilidade de cuidar dos filhos é vista como um compromisso inegociável, o que pode gerar dilemas e decisões complexas em relação a levá-los ou não para o ambiente de trabalho. Para essas mulheres, o sentido de sua ocupação está intrinsecamente relacionado à forma como concebem a maternidade e o cuidado com suas crianças, muitas vezes, recorrendo a outras mulheres para desempenhar esse papel, quando decidem não levar os filhos consigo.

A dinâmica do trabalho ambulante, que permite horários flexíveis e decisões autônomas, também contribui para a construção do sentido do trabalho (Schweitzer, 2017). Essa autonomia proporciona às vendedoras uma sensação de controle sobre suas atividades e permite que elas organizem suas rotinas de acordo com suas necessidades familiares; em caso de imprevistos, elas conseguem manejar.

Por exemplo, Márcia costuma folgar às quartas-feiras, é o dia que a trabalhadora deixa para resolver as coisas de casa e providenciar novos produtos. Era uma terça-feira, Márcia não foi trabalhar na praia; no outro dia, ela explicou que teve que faltar, pois precisou ir à escola do seu filho resolver questões da matrícula. Como já havia faltado no período da manhã, resolveu ir ao centro da cidade para providenciar a compra de produtos. Na quarta-feira, que seria sua “folga”, ela foi trabalhar. No entanto, essa flexibilidade pode ser ambígua, pois, como mostra Rita de Cássia Fernandes (2023), a ausência de regulamentações e garantias trabalhistas pode resultar em precarização e sobrecarga.

A percepção de Valéria de que o trabalho no litoral funciona como um recurso terapêutico revela uma dimensão importante do sentido do trabalho para essas vendedoras ambulantes. Para ela, a atividade de vender na praia não é apenas uma fonte de renda, mas também desempenha um papel significativo em seu bem-estar emocional e psicológico, situação retratada na literatura por Mariana Almeida, Julia Souza e Kerley Alves (2023). Essa perspectiva aponta para uma relação profunda entre o trabalho e a subjetividade das trabalhadoras em que o sentido atribuído ao trabalho transcende a esfera puramente econômica.

A compreensão do trabalho como recurso terapêutico indica que ele desempenha um papel de alívio emocional e satisfação pessoal para Valéria. Nesse contexto, a atividade de vender na praia pode funcionar como uma forma de escape das pressões e das dificuldades do cotidiano, oferecendo momentos de descontração e conexão com o ambiente natural e social do litoral. Além do mais, o contato com clientes e colegas de trabalho produz uma sensação de pertencimento e valorização, reforçando a autoestima e a identidade da vendedora como parte da comunidade praiana.

Todavia, a visão do trabalho como recurso terapêutico pode variar de pessoa para pessoa, sendo fortemente influenciada por contextos específicos. Enquanto para Valéria o trabalho na praia pode representar uma fonte de bem-estar e satisfação, para outras trabalhadoras, ele pode ser percebido de maneira diferente, em função de fatores como as condições de trabalho, o rendimento financeiro ou a falta de garantias trabalhistas. Mesmo no caso de Valéria, o sentido atribuído ao trabalho é atravessado pela precarização, visto que ela está submetida a condições laborais desfavoráveis. A forma como o trabalho é entendido e vivenciado está imersa nas dinâmicas de cada contexto, o que faz com que o mesmo trabalho seja interpretado de maneiras distintas, dependendo das experiências, expectativas e desafios enfrentados por cada trabalhadora.

Nesse contexto, considera-se que a praia, para Valéria, é um complemento de renda, já que ela é pensionista do INSS. Para ela, a flexibilidade do trabalho atende às suas necessidades e escolhas de ir ou não trabalhar, pois sua renda principal é garantida. Além disso, ela atua de maneira compartilhada, sempre trabalhando com outras vendedoras/es,

o que possibilita a formação de uma equipe e um sentimento de pertencimento a um grupo, algo que dá sentido ao seu trabalho.

Por outro lado, a situação de Márcia evidencia outra complexidade, pois o trabalho no litoral é uma fonte essencial de renda, que permite sua subsistência e a manutenção de sua família. Mesmo sendo beneficiária de um programa do governo, o rendimento do trabalho é fundamental para complementar sua renda e garantir sua sustentabilidade financeira.

A impossibilidade de se afastar do trabalho diante do cenário pandêmico, após o falecimento do pai e do marido, e no período pós-gestacional de duas filhas, revela uma condição de vulnerabilidade e precariedade para Márcia. Ela percebe essa necessidade de rendimento como uma responsabilidade inegociável para o sustento de sua família. Nesse contexto, o trabalho é visto como uma questão de sobrevivência e de garantia das necessidades básicas, o que a impede de se afastar, mesmo em momentos tão delicados.

A realidade do trabalho informal é moldada pela falta de garantias trabalhistas e pela falta de suporte do poder público. A condição financeira de Márcia pode ser mais precária, mas isso não significa que Valéria também esteja isenta de dificuldades. Embora as realidades de ambas as trabalhadoras possam diferir em termos de recursos e segurança financeira, ambas enfrentam desafios inerentes às condições do trabalho informal. A ausência de um sistema de proteção social mais robusto, que possa amparar as trabalhadoras em momentos de crise e dificuldade, torna o trabalho no litoral uma questão de sobrevivência e necessidade constante de rendimento. Ela é obrigada a continuar trabalhando, mesmo diante de situações difíceis, pois não há uma rede governamental de apoio que possa ampará-la nesses momentos.

O construcionismo social nos ajuda a compreender como as realidades são produzidas socialmente, mediante conversas e interações cotidianas, e como o trabalho vai além do aspecto financeiro, desempenhando um papel significativo na construção da identidade e do bem-estar emocional das trabalhadoras, porém, a falta de regulamentações trabalhistas e o cenário de vulnerabilidade podem tornar o trabalho uma questão de sobrevivência e necessidade constante de rendimento, reforçando a necessidade de políticas sociais mais robustas para apoiar essas mulheres em momentos de dificuldade e precarização.

Da despedida ao recomeço: reflexões finais

Este estudo teve como objetivo descrever e refletir sobre as experiências vivenciadas na relação entre maternidade e o trabalho de vendedoras ambulantes nas praias do subúrbio de Salvador. Utilizando a estratégia da conversa no cotidiano, buscamos levantar informações a partir das próprias vozes das trabalhadoras. Neste cenário, a temática de gênero e trabalho vem ganhando espaço no conhecimento científico, especialmente em relação às estruturas de trabalho formal e no desenvolvimento de políticas de regulamentação desses espaços.

Contudo, falar sobre a maternidade se torna ainda mais relevante quando se trata de práticas laborativas informais, cujo conhecimento é restrito. No entanto, a literatura tem

avançado e apontado a necessidade de olhar para as necessidades dessas trabalhadoras, especialmente em estudos que são desenvolvidos em realidades específicas de países do sul global, como os trabalhos de Christiane Horwood *et al.* (2021b) e Silondile Luthuli *et al.* (2020), que se concentram na realidade da África do Sul.

O trabalho informal tem motivações diversas nas vidas das pessoas, podendo ser a principal fonte de renda, um complemento ou uma forma de se sentir útil após a aposentadoria. No caso das trabalhadoras participantes, parte, principalmente, da necessidade de obtenção de renda para a subsistência surgiu da maternidade, o que as levou a desempenhar essas atividades como forma de atender às necessidades de suas crianças. Por exemplo, Valéria atua como vendedora na praia há cerca de 26 anos, inicialmente, por necessidade de obter autonomia financeira e, posteriormente, como complemento de renda após o falecimento do marido.

Ao longo do artigo, também, focamos as necessidades de cuidado das crianças e adolescentes das trabalhadoras. Elas têm contado com o apoio familiar e de outras mulheres para possibilitar o desempenho de suas atividades. A flexibilidade de dias e horários permite que essas mulheres resolvam questões relacionadas a suas/seus filhas/os, mas isso pode afetar o rendimento semanal, levando a buscar conciliar com sua “folga” da semana.

A discussão sobre um trabalho sem garantias trabalhistas nos coloca diante da realidade das condições e organizações populares nas quais as trabalhadoras precisam arcar com toda a produção dos meios para executar suas atividades. Infelizmente, muitas vezes, essas práticas são invisibilizadas pelo poder público e pela sociedade que se beneficia desses serviços. Isso naturaliza práticas abusivas, como o trabalho infantil e acidentes de trabalho causados pela falta de condições mínimas e ambientes prejudiciais ao bem-estar das/os trabalhadoras/es.

A pesquisa enfrentou desafios significativos durante o seu desenvolvimento, sendo a aderência limitada de trabalhadoras um dos principais obstáculos. O pesquisador precisou empregar estratégias para contornar essas questões e buscar maneiras de engajar um grupo. Contudo, esse desafio tornou-se crucial para a obtenção de *insights* ao próprio campo-tema da pesquisa.

Para avançar no entendimento das vivências das vendedoras ambulantes e sua relação com a maternidade, sugere-se que pesquisas futuras investiguem mais sobre dinâmica das interações sociais e das redes de apoio formadas no cotidiano dessas trabalhadoras. Estudos longitudinais que acompanhem o trabalho e a maternidade ao longo do tempo também podem fornecer uma compreensão mais completa e aprofundada das mudanças e desafios enfrentados pelas trabalhadoras em diferentes momentos de suas vidas, incluindo o período gestacional e pós-gestacional. Essa abordagem permitirá uma análise mais abrangente das influências do trabalho ambulante na vida das mulheres e suas famílias.

Por fim, é fundamental desenvolver políticas que assegurem uma maternidade saudável para as trabalhadoras que atuam na economia informal, considerando estratégias que proporcionem condições de trabalho menos invasivas e mais flexíveis para essas

mulheres. Além disso, é necessário pensar em estratégias de cuidado para as crianças das mulheres que não possuem apoio, especialmente nos fins de semana e feriados, dias em que o trabalho nas praias é intensificado. O fortalecimento de políticas sociais mais abrangentes é essencial para apoiar essas mulheres em momentos de dificuldade e precariedade, visando uma realidade mais justa e equitativa para todas. Assim, a psicologia social do trabalho pode desempenhar um papel fundamental ao analisar as dinâmicas do trabalho ambulante e suas implicações na vida das trabalhadoras e de suas famílias, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas mais inclusivas e humanizadoras.

Referências


- ALMEIDA, Mariana R. de; SOUZA, Julia R.; ALVES, Kerley dos S. (2023). “Trabalho nos meios de hospedagem: entre o prazer e o sofrimento”. *Além Dos Muros Da Universidade*, v. 8, n. 2, pp. 101-114. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/6858>
- ANDRADE, Jéssica D. de. (2022). “*Se não roda, não ganha*”: o significado do trabalho para uma parcela de trabalhadores informais sob a ótica de entregadores e motoristas de aplicativo de Fortaleza (CE). Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 78 p. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69913>
- BASTOS, Liliana. C.; BIAR, Liana de A. (2015). “Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social”. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 31, pp. 97-126. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>
- CAMILLIS, Patrícia K. de; BUSSULAR, Camilla Z.; ANTONELLO, Claudia S. (2016). “A agência a partir da Teoria Ator-Rede: reflexões e contribuições para as pesquisas em administração”. *Organizações & Sociedade*, v. 23, n. 76, pp. 73-91. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1984-9230764>
- CAMILO, Juliana A. de O. (2016). *Trabalhador, ídolo, sobrevivente, “casca-grossa” e humano*: um estudo sobre versões de atletas de Mixed Martial Arts. Tese (Doutorado em Psicologia). PEPGP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo. 178 p.
- CAMILO, Juliana A. de O.; SANTOS, Braz I. A.; JESUS, Michele D. de. (2022). “Os que caminham nas praias: um retrato dos trabalhadores ambulantes em uma praia da região metropolitana de Salvador”, in *Anais do Encontro Internacional sobre o Trabalho (EITA)*; 2º Simpósio França – América Latina “Subjetividade e Trabalho”; 5º Simpósio Internacional Trabalho, Atividade e Subjetividade (TAS); 3º Colóquio Internacional de Psicossociologia do Trabalho. João Pessoa (PB) UFPB.
- CASTRO, Marcela. (2021). “Covid-19 e trabalho de mulheres-mães-pesquisadoras: impasses em “terra estrangeira””. *Linhas Críticas*, v. 27, e36370, pp. 1-18. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.26512/lc27202136370>
- COUTINHO, Maria C.; BERNARDO, Marcia H.; SATO, Leny. (Orgs.). (2018). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis, Vozes. (Coleção Psicologia Social).
- DECRETO-LEI N. o 5.452, de 1 de maio de 1943. (1943). Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, RJ.

- FEIJÓ, Marianne; MACEDO, Rosa M. S. de. (2013). “Gênero, cultura e rede social: a construção social da desigualdade de gênero por meio da linguagem”. *Nova Perspectiva Sistêmica*, v. 21, n. 44, pp. 21-34. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://revistanps.emnuvens.com.br/nps/article/view/249>
- FERNANDES, Fausto R.; GEDRAT, Dóris C.; VIEIRA, André G. (2023). “O significado do trabalho: um olhar contemporâneo”. *Cadernos da FUCAMP*, v. 22, n. 56, pp. 99-106. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3072/1874>
- FERNANDES, Rita de C. P. (2023). “O construto multidimensional trabalho precário, o futuro do trabalho e a saúde de trabalhadoras(es)”. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 4, pp. 1-15. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT100522>
- FRAGA, Juliana M.; EMMEL, Adélia M. (2023). “O Neoliberalismo e o Crescente Mercado Informal de Trabalho: Os Processos de Pejotização e Uberização como Políticas de Possível Violação dos Direitos da Mulher”. *Direito Público*, v. 20, n. 105, pp. 432-460. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.11117/rdp.v20i105.6570>
- HORWOOD, Christiane; HASKINS, Lyn; ALFERS, Laura; MASANGO-MUZINDUTSI, Zandile; DOBSON, Richard; ROLLINS, Niguel. (2019). “A descriptive study to explore working conditions and childcare practices among informal women workers in KwaZulu-Natal, South Africa: identifying opportunities to support childcare for mothers in informal work”. *BMC pediatrics*, v. 19, n. 1, pp. 1-11. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://bmcpediatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12887-019-1737-7>
- HORWOOD, Christiane; HASKINS, Lyn; HINTON, Rachael; CONNOLLY, Catherine; LUTHULI, Silondile; ROLLINS, Nigel. (2021a). “Addressing the interaction between food insecurity, depression risk and informal work: findings of a cross-sectional survey among informal women workers with young children in South Africa”. *BMC women's health*, v. 21, n. 2, pp. 1-12. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://bmcmenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-020-01147-7>
- HORWOOD, Christiane; HINTON, Rachael; HASKINS, Lyn; LUTHULI, Silondile; MAPUMULO, Sphindile; ROLLINS, Nigel. (2021b). “I can no longer do my work like how I used to’: a mixed methods longitudinal cohort study exploring how informal working mothers balance the requirements of livelihood and safe childcare in South Africa”. *BMC Women's Health*, v. 21, n. 1, pp. 1-15. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1186/s12905-021-01425-y>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2024). *PNAD Contínua Trimestral*: desocupação recua em 7 das 27 UF's no terceiro trimestre de 2024.
- LATOUR, Bruno. (2012). *Reagregando o social*: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador, EDUFBA.
- LEI Nº 10.421, de 15 de abril de 2002. (2002) Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade. Brasília, DF. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10421.htm
- LEI Nº 12.812, de 16 de maio de 2013. (2013). Para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12812.htm
- LEI Nº 9.799, de 26 de maio de 1999. (1999). Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. Brasília, DF. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9799.htm
- LIMA, Jacob C.; CONSERVA, Marinalva de S. (2006). “Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal”. *Política e Trabalho*, n. 24, pp. 73-98. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/283212240>

- LUTHULI, Silondile; HASKINS, Lyn; MAPUMULO, Sphindile; ROLLINS, Nigel; HORWOOD, Christiane. (2020). “I decided to go back to work so I can afford to buy her formula’: a longitudinal mixed-methods study to explore how women in informal work balance the competing demands of infant feeding and working to provide for their family”. *BMC public health*, v. 20, pp. 1-15. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-020-09917-6>
- MAURIZIO, Roxana. (2021). “Empleo e informalidad en América Latina y el Caribe: una recuperación insuficiente y desigual”. *Nota técnica, Serie Panorama Laboral en América Latina y el Caribe*. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/documents/publication/wcms_819022.pdf
- MINAYO, Maria C. de S. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Editora Hucitec. 10ª edição. São Paulo.
- MOREIRA, Renata L. C. A.; RASERA, Emerson F. (2010). “Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las”. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n. 3, pp. 529-537. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300013>
- MOSER, Liliane; DAL PRÁ, Keli R. (2016). “Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras”. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 15, n. 2, pp. 382-392. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.2.21923>
- NASCIMENTO, Sara D. (2016). “Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho”. *Revista de Políticas Públicas*, n. especial, pp. 339-346. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp339-346>
- PASCOTTO, Siomara M. P.; FARINA, Milton C.; RODRIGUES, Thaís. H. P. T.; DUGO, José C. (2013). “Análise de rede social para mensuração das estruturas formais e informais”. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 6, n. especial, pp. 811-825. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273428928001>
- PEDROTT, Allane de S.; GIORGI, Maria C. (2018). “‘A gente demorou mas conseguiu acertar’: a autoetnografia como metodologia crítica de reflexão sobre assimetria e relações de poder em entrevistas de pesquisa”. *Veredas-Revista de Estudos Linguísticos*, v. 22, n. 1, pp. 243-263. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/27969>
- PEREIRA, Gisele M. (2021). *Políticas Públicas de Conciliação Trabalho-Família para a Igualdade de Gênero em Portugal e no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 85 p.
- PEREIRA, Sandra de O. G. (2020). *“Se eu pudesse trabalharia só oito horas”: As condições de trabalho dos mototaxistas e vendedores ambulantes de Palmas/TO*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 120 p.
- PEREIRA, Sandra de O. G.; CABRAL, José P. C. (2019). “Informalidade e crise do emprego no Brasil”. *Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 18, pp. 92-102. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1753>
- PERUCCHI, Juliana; BEIRÃO, Aline M. (2007). “Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família”. *Psicologia clínica*, v. 19, n. 2, pp. 57-69. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000200005>

- RASERA, Emerson F.; JAPUR, Marisa. (2005). “Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia”. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 15, n. 30, pp. 21-29. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000100005>
- ROSA, Alexandre R.; TURETA, César; BRITO, Mozar J. de. (2006). “Práticas discursivas e produção de sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do construcionismo social”. *Contextus—Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 4, n. 1, pp. 41-52. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570765378004>
- SATO, Leny. (2007). “Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre”. *Psicologia & sociedade*, v. 19, n.1, pp. 95-102. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400013>
- SCHWEITZER, Lucas. (2017). *Os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 231 p.
- SILVA, Caio H. F. da; FERREIRA, Otávio B. da S.; COSTA DE SÁ, Emerson V. H. (2022). “ ‘É nos meus sonhos que estás a pisar’: (Re) Pensando Caminhos para um País Livre de Trabalho Infantil”. *Revista Húmus*, v. 12, n. 37, pp. 43-65. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/18886>
- SILVA, Patrícia M. F. (2017). “Pessoas em situação de rua e o trabalho precário no litoral brasileiro”. *XXXI Congresso ALAS Uruguay*. Montevideo, pp. 1-19.
- SILVA, Patrícia M. F. (2020). “Entre ruas e trabalhos: trabalho de pessoas em situação de rua em Recife-Brasil”. *Revista Colombiana de Sociología*, v. 43, n. 2, pp. 67-89. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.15446/rcs.v43n2.82904>
- SILVA, Patrícia M. F. D. (2019). *Nas ruas do labor: configuração do processo de trabalho de pessoas em situação de rua em Recife-Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil. 403 p.
- SPINK, Mary J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- SPINK, Mary J. (2013). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- SPINK, Mery J.; MENEGON, Vera M.; MEDRADO, Benedito. (2014). “Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas”. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, pp. 32-43. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100005>
- SPINK, Mary J.; BRIGAGÃO, Jaqueline; NASCIMENTO, Vanda; CORDEIRO, Mariana. (Org.). (2014). *A produção de informação na pesquisa social – compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein.
- SPINK, Peter K. (2003). “Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista”. *Psicologia & Sociedade*, v.15, n. 2, pp. 18-42. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>
- TURETA, César; ALCADIPANI, Rafael. (2009). “O objeto na análise organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo”. *Cadernos Ebape.br*, v. 7, n. 1, pp. 50-70. [Consult. 14-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100005>

Braz Isac Andrade Santos

 <https://orcid.org/0000-0003-2403-8612>
 <http://lattes.cnpq.br/1776261967353049>

Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário AGES (2017), pós-graduação em Gestão de Pessoas com Ênfase em Psicologia Organizacional pelo Centro Universitário FTC (2021), mestrado (2024) e doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA. Bolsista CAPES. E-mail: braz.isac@ufba.br

Juliana Aparecida de Oliveira Camilo

 <https://orcid.org/0000-0003-3369-2878>
 <http://lattes.cnpq.br/3301134903349564>

Possui graduação em Psicologia pela Universidade São Francisco (2003), mestrado (2007) e doutorado (2016) em Psicologia Social pela PUC-SP, e Pós-Doutorado pela USP (2020). Professora do Instituto de Psicologia da UFBA e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. E-mail: julianacamilo@ufba.br